

Brasília, 25 de fevereiro de 2025

A Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva;
A Sua Excelência a Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva;
A Sua Excelência o Senhor Presidente da COP30 Embaixador André Corrêa do Lago;
A Sua Excelência a Senhora Diretora Executiva da COP30 e Secretária de Nacional Mudança do Clima no Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni.

Ref: Carta do Observatório do Clima sobre expectativas para a COP30 e a grande oportunidade de legado de liderança climática para o mundo

Sr. Presidente,

Nos últimos meses, assistimos a duas acelerações preocupantes: a da crise climática global e a da degradação do multilateralismo. O abandono simultâneo, pelos EUA, de seus compromissos climáticos e da concertação que manteve a segurança da Europa nos últimos 80 anos, impõe um desafio sem precedentes ao combate à crise climática, com o risco de desengajamento dos governos – precisamente no momento em que o aquecimento da Terra ultrapassa pela primeira vez o limite de 1,5°C e que quatro ondas de calor atingem o Brasil em apenas dois meses. Tudo isso aumenta a importância da COP30, a conferência do clima de Belém, e a responsabilidade do Brasil de prover liderança num contexto tão adverso.

A boa notícia é que as tecnologias necessárias para responder à crise estão ao alcance. Além disso, o mundo já reconheceu o que precisa ser feito ao aprovar, na COP28, em Dubai, o Balanço Global do Acordo de Paris. Agora precisamos de um líder corajoso e disposto a fazer algo a que nenhum outro se dispôs: implementar a decisão de Dubai em seus vários aspectos, principalmente na transição justa e equitativa para longe dos combustíveis fósseis.

A segurança de bilhões de pessoas depende de uma rápida redução no consumo e na produção de combustíveis fósseis. No entanto, isto não é, ainda, nem sequer um item de negociação na agenda da COP30. Para que a transição saia do papel de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica (ou seja, nos próximos cinco anos), a fim de alcançar o zero líquido até 2050, ela *precisa* ser articulada entre os países.

As circunstâncias nacionais distintas em relação ao petróleo, bem como as responsabilidades diferenciadas, precisam ser consideradas num calendário para a transição. Países desenvolvidos devem tomar a dianteira desse processo e, assim, permitir mais tempo para os países em desenvolvimento fazerem a transição. E ninguém melhor para liderar esse debate do que o Brasil – uma grande economia em desenvolvimento que precisa erradicar a pobreza, além de ser um grande produtor de petróleo.

Se esperarmos mais, sr. Presidente, será tarde demais. Ainda que esse processo de produzir um mapa do caminho para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis não se encerre em Belém, ter a liderança do Brasil para iniciá-lo e, quem sabe, conduzi-lo, é a ação climática mais importante de que o mundo precisa hoje.

Outras discussões cruciais sobre a transição justa poderão ter lugar ao se definir um plano de ação no programa de trabalho de transição justa para garantir que ele produza, na COP31, resultados concretos em múltiplas dimensões. Assegurar que o programa de trabalho contemple princípios e salvaguardas básicas também é esperado sob a liderança brasileira.

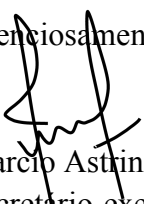
Ademais, um grande foco e esforço é devido ao tema de adaptação, que tem a COP30 como um grande momento de coroar e finalizar processos em andamento. Para além de indicadores manejáveis, mas que façam sentido globalmente e também localmente, é esperado do Brasil o reconhecimento dos impactos diferenciados por raça e gênero, o que será um importante passo no enfrentamento do racismo climático. Ademais, é necessário avanço concreto no financiamento da adaptação e a implementação do acordo já firmado para duplicar o financiamento para o tema.

De uma COP na Amazônia é natural que se esperem importantes resultados sobre uso da terra. Além de mecanismos financeiros, seria proveitoso se a presidência da COP30 conseguisse unir as três Convenções do Rio para melhor explorar suas sinergias. Ademais, em um país onde os sistemas alimentares respondem por três quartos das emissões, é natural esperar uma sinalização de que este também será um setor a contribuir para o enfrentamento da crise climática que o impacta, numa transição para padrões sustentáveis de produção.

Por fim, mas não menos importante, muito preocupa a esta rede como o mundo vai reagir se as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) atualizadas não colocarem o mundo em rota para limitar o aquecimento a 1.5°C. Entendemos que esta também é uma preocupação do governo brasileiro, que tem feito gestões sobre o tema junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A sociedade civil está pronta a apoiar qualquer movimento em prol de maior ambição das NDCs.

O Observatório do Clima está pronto para colaborar proativamente com a presidência da COP30 para construir caminhos e, talvez o mais importante, no apoio para que esses caminhos sejam fortalecidos. Colocamo-nos à disposição para trocas sobre estes e outros temas, na certeza de que a conferência de Belém conta com o melhor time possível para conduzir o processo.

Atenciosamente,



Marcio Astrini
Secretário-executivo